

**COMISSÃO ESPECIAL PARA O PLANO NACIONAL DE
EDUCAÇÃO**

REQUERIMENTO Nº DE 2025

(Da Sra. Carol Dartora)

Requer a realização de Audiência Pública a para discutir estratégias de inclusão curricular e práticas pedagógicas que abordem de forma crítica, científica e humanizada as especificidades da saúde das populações LGBTQIAPN+, com foco nas populações TRANS e Travestis nos cursos da área da saúde.

EXMO. SR. PRESIDENTE,

Com base nos arts. 24, inciso III e 255, do RICD, requero a Vossa Excelência a realização de Audiência Pública para discutir estratégias de inclusão curricular e práticas pedagógicas que abordem de forma crítica, científica e humanizada as especificidades da saúde das populações LGBTQIAPN+, em especial pessoas Trans e Travestis, nos cursos de graduação e formação técnica da área da saúde.

Para a realização da audiência, sugerimos as/os seguintes convidadas/os:

1. Ministério da Saúde - MS;
2. Ministério da Educação –MEC;
3. Secretária Nacional dos Direitos das Pessoas LGTBT;
4. Centro de Cidadania LGBT+;
5. Grupo Dignidade;



6. União Nacional LGTBT-Unalgbt;
7. Proafe –UFPR;
8. Associação Nacional de Pessoas Trans e Travestis - ANTRA;
9. Conselho Nacional de Enfermagem - COFEN
10. Conselho Federal de Medicina – CFM

JUSTIFICAÇÃO

A presente solicitação tem como objetivo promover um espaço democrático de diálogo entre a sociedade civil, instituições de ensino, profissionais da saúde, gestores públicos, movimentos sociais e demais interessados, a fim de discutir estratégias de inclusão curricular e práticas pedagógicas que abordem de forma crítica, científica e humanizada as especificidades da saúde das populações LGBTQ+, em especial pessoas Trans e Travestis, nos cursos de graduação e formação técnica da área da saúde.

A inclusão da temática da saúde das populações LGBTQIAPN+, com foco especial em pessoas Trans e Travestis, nos cursos da área da saúde, é uma necessidade ética, científica e social. Essas populações enfrentam barreiras históricas de acesso, discriminação institucionalizada e vulnerabilidades específicas em saúde, como alta prevalência de sofrimento psíquico, exclusão dos serviços de saúde, exposição à violência e riscos elevados de infecções sexualmente transmissíveis e outras comorbidades associadas à marginalização social.



No caso de pessoas Trans e Travestis, essas barreiras são agravadas pela transfobia estrutural presente em diversas esferas, incluindo os serviços de saúde, onde frequentemente são vítimas de desrespeito à identidade de gênero, recusa de atendimento, patologização e negligência. Muitos profissionais da saúde não recebem formação adequada para lidar com as necessidades específicas dessas populações, o que contribui para a reprodução de desigualdades, evasão do sistema de saúde e agravamento de condições que poderiam ser prevenidas ou tratadas.

Portanto, é urgente que os cursos da área da saúde promovam uma formação crítica, humanizada e baseada nos direitos humanos, que prepare os futuros profissionais para atuarem de maneira ética, respeitosa, técnica e inclusiva com a diversidade sexual e de gênero. Incluir essa discussão no currículo é não apenas uma resposta à realidade epidemiológica e social do Brasil, mas também um compromisso com os princípios do SUS, da equidade, da integralidade do cuidado e da formação profissional comprometida com a justiça social.

Diante disso, torna-se urgente e necessário o debate público, técnico e plural sobre a responsabilidade das instituições de ensino superior e técnicas na formação de profissionais comprometidos com os princípios do SUS, da equidade e dos direitos humanos.

Sala das Sessões, 12 de maio de 2025.

Carol Dartora
Deputada Federal PT/PR

